



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACOBINA DO PIAUÍ – PI
CNPJ: 41.522.368/0001-05
PRAÇA ESTÁCIO DE ALMEIDA, Nº 20 – CENTRO
CEP: 64.755-000 - JACOBINA DO PIAUÍ

Lei nº 004/2017

EMENTA: Dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACOBINA DO PIAUÍ, ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica, e demais legislações pertinentes e aplicáveis à espécie e,

FAZ SABER, que o Prefeito Municipal de Jacobina do Piauí, Estado do Piauí, que Câmara Municipal de Jacobina do piau aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O Conselho Municipal de Educação do município de Jacobina do Piauí-PI fica instituído a partir do artigo 112, inciso II, B da Lei Orgânica do Município, integrado ao Sistema Municipal de Ensino, passando a ser disciplinada nos artigos abaixo.

Art. 2º. O Conselho Municipal de Educação, órgão colegiado do Sistema Municipal de Ensino, de natureza participativa e representativa da comunidade na gestão da educação, exercerá as funções de caráter normativo, consultivo, fiscalizador e deliberativo sobre a formulação e o planejamento das políticas de educação do município.

Art. 3º. Compete ao Conselho Municipal de Educação:

- I – zelar pelo cumprimento das diretrizes e bases da educação fixada pela legislação pertinente e nas disposições do Conselho Nacional de Educação;
- II - Estabelecer normas, no uso das atribuições cometidas aos sistemas de ensino pela Lei 9.394/96, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional.
- III – emitir parecer sobre questões e assuntos de natureza pedagógica e educacional que lhe sejam submetidas pelo Governo do Município, pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, bem como por outras autoridades, entidades e pessoas interessadas;
- IV – estabelecer critérios para autorização de funcionamento e reconhecimento de instituições de educação infantil da iniciativa privada destinadas ao atendimento das crianças de zero a cinco anos de idade;
- V – apreciar os pedidos e autorizar o funcionamento e reconhecimento das instituições de educação infantil, ensino fundamental, educação especial, educação de jovens e adultos (EJA) criadas e mantidas pelo poder público municipal;
- VI – apreciar e determinar a suspensão temporária ou definitiva das atividades de estabelecimentos de educação infantil autorizadas ou reconhecidas;
- VII – propor medidas e formas de melhoria do funcionamento dos estabelecimentos de ensino, do desempenho escolar e das relações com a comunidade;
- VIII – manter intercâmbio com os Conselhos de Educação e organismos que possam contribuir para o desenvolvimento da educação;
- IX – participar da elaboração, do acompanhamento e avaliação de Planos, Programas e Projetos Educacionais;
- X – acompanhar e avaliar a prestação de contas do Município referente à aplicação dos recursos da educação;
- XI – zelar pela compatibilização das ações educacionais com programas de outras áreas como saúde, assistência pública e promoção social os quais deverão garantir infra-estrutura operacional adequada;
- XII – promover, analisar e divulgar estudos e experiências sobre a educação no município;
- XIII – elaborar e reformular o seu Regimento Interno.

Art. 4º. O Conselho Municipal de Educação será composto de dez membros titulares e igual número de membros suplentes, dentre os quais se incluirão:

- a) 3 (três) representantes do Poder Executivo Municipal, indicados pelo Prefeito Municipal que os designarão para exercer suas funções;
- b) 1 (um) representante das instituições Particulares de Educação infantil;
- c) 1 (um) representante do Conselho Tutelar;
- d) 2 (dois) representantes dos pais de alunos;
- e) 2 (dois) representantes dos trabalhadores em educação (magistério), sendo:
 - 2 (dois) representante das escolas públicas municipais;

§ 1º. Os membros do Conselho constantes das alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” serão eleitos por seus pares em assembleias convocadas para esse fim e indicados ao Prefeito Municipal que os designará para exercer suas funções;

§ 2º. As funções dos conselheiros do Conselho Municipal de Educação serão consideradas de relevante interesse social e o seu exercício terá prioridade sobre o de qualquer cargo público municipal de que sejam titulares os seus membros.

Art. 5º. O mandato dos membros do Conselho Municipal de Educação será de dois anos, permitida a recondução por uma vez consecutiva.

Parágrafo Único - Excepcionalmente, após o término do primeiro mandato, só deverão ser reconduzido 50% dos conselheiros.

Art. 6º. Os conselheiros que deixarem de pertencer às categorias, que representam, serão por esses substituídos no prazo máximo de trinta dias.

Art. 7º. Os representantes indicados pelo Prefeito poderão ser demitidos “ad nutum”.

Art. 8º. Ocorrendo impedimento legal ou licenciamento ou afastamento do membro titular, assumirá o suplente para completar o mandato.

Art. 9º. Nos casos de afastamento definitivo do membro titular e do respectivo suplente, haverá, no prazo de trinta dias, a contar do primeiro dia da vacância, eleição de novos membros para conclusão do mandato, na forma da § 1º do art. 4º.

Parágrafo Único - Será considerada como afastamento definitivo a ausência não justificada do conselheiro a três sessões consecutivas ou a dez alternadas.

Art. 10. O Presidente e o Vice-presidente do Conselho Municipal de Educação, escolhidos dentre os conselheiros nomeados, serão eleitos por um período de dois anos, podendo ser reeleitos para outro período consecutivo.

Parágrafo Único - A eleição do Presidente e do Vice-presidente será processada em escrutínio secreto.

Art.11. O Conselho Municipal de Educação funcionará em sessão do Plenário e em reunião de Comissões permanentes na forma regimental.

Parágrafo Único - O Conselho Municipal de Educação poderá criar comissões especiais ou grupos de trabalho para execução de tarefas indicadas no ato de sua criação.

Art. 12. O pessoal necessário às atividades do Conselho Municipal de Educação será recrutado dentre os servidores da Administração Municipal, pelo o Secretário(a) de Educação e avaliado em seu desempenho pelo próprio Conselho, para as funções definidas no seu Regimento Interno.

Parágrafo Único – É assegurado ao Conselho Municipal de Educação um(a) Secretário(a) Executivo(a) gratificado, escolhido pelo Presidente eleito, dentre os servidores da Administração Municipal que tenha curso superior.

Art. 13. O Conselho Municipal de Educação reunir-se-á e deliberará com a presença da maioria simples de seus membros.

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACOBINA DO PIAUÍ - PI
CNPJ: 41.522.368/0001-05
PRAÇA ESTÁCIO DE ALMEIDA, Nº 20 - CENTRO
CEP: 64.755-000 - JACOBINA DO PIAUÍ

Art. 14. As decisões do Conselho Municipal de Educação serão tomadas em forma de Resolução, que deverão ser homologadas pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação.

Parágrafo Único – Além das Resoluções, o Conselho Municipal de Educação poderá formalizar suas decisões através instruções, indicações e outro atos, previsto em seu Regimento interno, a serem observados pelos órgãos e instituições que integram o Sistema Municipal de Ensino, com a devida homologação pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação.

Art. 15. O Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação será aprovado por maioria simples de seus membros e homologado por Decreto do Prefeito Municipal.

Art. 16. A composição do Conselho Municipal de Educação dar-se-á no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação da Lei.

Art. 17. A organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Educação serão disciplinados em regimento a ser elaborado no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da publicação desta Lei.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sancionada e publicada em 16/05/2017. Gabinete do Prefeito Municipal de Jacobina do Piauí, Estado do Piauí, aos dezesseis dias do mês de Maio de dois mil e dezessete.

Gederlanio Rodrigues de Oliveira
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JACOBINA
RUA 29 DE ABRIL, S/N
41522368/0001-05 Exatidão: 2017

DECRETO Nº 5, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017 - LEI N.4

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e de outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE JACOBINA, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Artigo 1º.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R\$275.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+)		275.000,00
02 03 01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSITRAÇÃO GERAL	
82	04.123.0012.2020.0000 ENCARGOS COM PASEP OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS 3.3.90.47.00 001 100 000	100.000,00 F.R.: 0 001 00
92	28.843.0012.2213.0000 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA 4.6.90.71.00 005 100 000	20.000,00 F.R.: 0 005 00
02 04 02	CONTROLADORA INTERNA	
120	04.124.2035.2014.0000 MANUT. DOS SERVIÇOS DE CONTROLE INTERNO E CONTÁ VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 3.1.90.11.00 001 100 000	60.000,00 F.R.: 0 001 00
02 05 01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DO ESPORTO	
145	12.361.0069.2037.0000 ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 3.1.90.11.00 001 100 000	15.000,00 F.R.: 0 001 00

02 07 01	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
224	10.301.0028.2215.0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 3.1.90.11.00 001 100 000		42.000,00 F.R.: 0 001 00

02 09 00	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
285	18.541.2026.2223.0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 3.1.90.11.00 001 100 001		5.000,00 F.R.: 0 001 00

02 10 00 SEC. MUN. DE OBRAS, HABITAÇÃO E URBANISMO

DECRETO Nº 5, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017 - LEI N.4

02 10 00	SEC. MUN. DE OBRAS, HABITAÇÃO E URBANISMO		
310	16.462.0071.2056.0000 MANUT. DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PUBLICA VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 3.1.90.11.00 001 100 001		10.000,00 F.R.: 0 001 00

02 13 00	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
364	18.541.0055.2226.0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 3.1.90.11.00 001 100 001		15.000,00 F.R.: 0 001 00

02 14 01	SECRETARIA MUN. DE DESENV. SOCIAL E CIDADANIA		
372	08.244.2073.2227.0000 MANUTENÇÃO DA SEC. MUN. DE DES. SOCIAL E CIDADANIA VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 3.1.90.11.00 001 100 001		8.000,00 F.R.: 0 001 00

Artigo 2º.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 05 01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DO ESPORTO		
127	12.361.0069.1015.0000 CONST. AMPL. E REST. DE UNIDADES ESCOLARES OBRAS E INSTALAÇÕES 4.4.90.51.00 008 200 001		-33.000,00 F.R. Grupo: 0 008 00

02 07 01	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
223	10.244.0014.1119.0000 CONSTRUIR E EQUIPAR ACADEMIA AO AR LIVRE OBRAS E INSTALAÇÕES 4.4.90.51.00 002 100 001		-42.000,00 F.R. Grupo: 0 002 00

02 10 00	SEC. MUN. DE OBRAS, HABITAÇÃO E URBANISMO		
294	15.451.0061.1020.0000 CONST. E RECUPERAÇÃO DE CALÇAMENTOS OBRAS E INSTALAÇÕES 4.4.90.51.00 005 100 001		-100.000,00 F.R. Grupo: 0 005 00

300	15.451.1001.1115.0000 CONST. AMPLIAR CASAS POPULARES E MELHORIA HABITACI OBRAS E INSTALAÇÕES 4.4.90.51.00 002 100 001		-100.000,00 F.R. Grupo: 0 002 00
-----	--	--	-------------------------------------

DECRETO Nº 5, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017 - LEI N.4

Anulação (-) -275.000,00

Artigo 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JACOBINA, 01 de fevereiro de 2017

GEDERLANIO R. DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL